



A TORRE DE CASCAIS: NOVOS DADOS PARA A CRONOLOGIA DA SUA CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO

Marco Oliveira BORGES

Resumo

Mandada edificar por D. João II na extremidade Sul de Cascais, a torre de Cascais terá começado a ser construída em 1494. Neste estudo aduzimos novos dados que permitem uma proposta interpretativa mais segura quanto à problemática cronológica em torno da construção desta torre, e que revelam igualmente alguns dos bombardeiros que serviram na mesma.

Palavras-chave: torre de Cascais – D. João II – cronologia de construção – bombardeiros – sismos

Abstract

The tower of Cascais, ordered by D. João II at the southern extremity of Cascais, may have started to be built in 1494. On this study we use new data to propose a safer interpretation to the chronologic problem concerning the construction of this tower, and to reveal some of the bombardiers that served in it.

Keywords: tower of Cascais – D. João II – construction chronology – bombardiers – earthquakes

A TORRE DE CASCAIS: NOVOS DADOS PARA A CRONOLOGIA DA SUA CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO¹

Marco Oliveira BORGES²

Coube a D. João II, conforme o famoso trecho de Garcia de Resende (RESENDE, 1973: 255-256), delinear um projecto de defesa costeira e do acesso fluvial a Lisboa que consistia na edificação de duas fortificações – a torre de Caparica³ e a fortaleza de Belém (antigo Restelo)⁴ – auxiliadas por uma grande nau colocada a meio da barra, ainda que o monarca não tenha vivido para ver a totalidade operacional do projecto que fora idealizando⁵. Para

¹ Este estudo, na sua essência, resulta de uma parte de um sub-capítulo da nossa dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Setembro de 2012), ainda que com ulteriores investigações e sistematização de dados.

² Mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³ Esta estrutura, mais tarde conhecida por torre de São Sebastião de Caparica ou torre Velha, viu iniciada a sua construção em 1481-1482, tendo sido finalizada, a parte principal, por volta de 1485 (CID, 2007: 160 e 283).

⁴ A construção da fortaleza de Belém, segundo as indicações de Garcia de Resende, teria começado ainda no reinado de D. João II embora este monarca tenha morrido antes da sua finalização. No seu lugar, D. Manuel mandou fazer de novo a «torre e fortaleza de São Vicente» ficando o porto vigiado e guardado por muita artilharia e gente de guarnição (GÓIS, 1955: 233). A torre teria, definitivamente, entrado em construção em 1514 e ficado pronta em 1519 (SANTOS, 1922: 9, 32, 34-35, 40-41, 44-46, 58). Edificadas em pontos estratégicos de ambas as margens do Tejo, frente a frente, precisamente na área onde o estuário se estreita e secundadas pela grande nau a meio do rio, as duas torres estavam incorporadas num sistema defensivo vocacionado para impedir o acesso de navios corsários e piratas ao porto de Lisboa.

⁵ Cujas alusões surgem ainda na primeira metade do reinado joanino (CID, 2007: 160; BORGES, 2012: 205). De acordo com Garcia de Resende, e pela altura do reinado de D. João II, faziam-se elevadas despesas em armar grandes naus para a defesa do Estreito de Gibraltar (face aos navios mouros) e da costa portuguesa (face a outros corsários), razão pela qual o monarca, para melhor guardar a sua costa, com mais segurança e menos despesas, ordenou que em Setúbal fossem realizados testes balísticos em caravelas ligeiras dotadas de grandes bombardas que disparavam rente à água (RESENDE, 1973: 255-256). Muito embora alguns autores refiram taxativamente que estas caravelas passaram a defender a barra do Tejo e a cidade de Lisboa, fazendo parte do sistema defensivo planeado pelo monarca, a verdade é que Garcia de Resende, a não ser para o caso da nau a meio do Tejo, não especifica qualquer fixação de navios nas imediações de Lisboa para a defesa do rio e da cidade. Para além disso, parece

além disso, e ainda envolvida neste sistema de defesa sobretudo enquanto atalaia (vide as considerações de BEBIANO, 2004: 166), se bem que tivesse um papel fundamental para proteger os navios comerciais que seguiam para Lisboa (ou para outros lados) e que em Cascais irremediavelmente faziam escala lançando ferro frente à praia da Ribeira, esperando assim o vento e a maré favorável para mais seguramente demandarem a barra do Tejo, o monarca mandou erguer a torre de Cascais. Com possível invocação a Santo António (BOIÇA *et al.*, 2001: 28; RAMALHO, 2010 : 25), esta torre foi edificada num esporão rochoso no extremo Sul daquela vila.

Identificados alguns vestígios da muralha Sul (ainda hoje visíveis junto à Marina de Cascais) nos anos 60 do século passado por Manuel A. P. Lourenço, autor a quem se devem os primeiros estudos sobre esta torre e que chegou mesmo a visitar o seu interior em 1965 (cfr. LOURENÇO, 1966: 5, e os anteriores artigos do mesmo *Jornal*, n.^{os} 53 e 55) para os quais o autor remete e que citamos mais adiante), só em 1987 foram iniciadas intervenções arqueológicas no interior desta estrutura tardo-medieval, a qual viria mais tarde a ser absorvida com a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Luz⁶.

Na altura da construção desta torre há muito que Cascais tinha o seu castelo medieval. Porém, a nível funcional, das antiquadas muralhas do castelo da vila pouco se podia fazer para proteger os navios que ali aportavam e evitar a aproximação e eventual desembarque de corsários na praia da Ribeira. Esta era uma situação que se tinha tornado frequente nos últimos tempos, conforme revela a documentação que se conhece entre 1484 e 1489, chegando os corsários (franceses) a encalhar nas praias de Cascais os navios tomados de assalto na costa portuguesa ou ali mesmo nas imediações. Até aí, conforme se infere por um documento de 1443, seriam os besteiros do conto que procediam à defesa do porto de Cascais⁷. Mas era preciso mais. É a construção da torre que vem tornar aquela área mais segura, somando «às antiquadas muralhas

não haver qualquer referência para finais do século XV a uma armada que, permanentemente, fizesse a patrulha desta área, ainda que D. João II deva ter tido essa intenção. As armadas (costa e ilhas) permanentes só começam a surgir documentadas já a caminhar para a década de 20 do século XVI, no âmbito da carreira da Índia, e, para esta área, em 1552, altura em foi ordenado que 3 navios rondassem permanentemente a costa de Cascais e imediações, dominando assim a entrada do Tejo (cf. ANDRADA, 1976: 1134; BORGES, 2012: 170-174 e 201-205).

⁶ Recentemente, numa iniciativa em que a fortaleza de Nossa Senhora da Luz foi aberta ao público, tivemos a oportunidade de visitar o interior da torre.

⁷ A 6 de Novembro deste ano, D. Afonso V concedeu aos besteiros do conto de Cascais a isenção de servirem em quaisquer partes. Argumentava-se que este era um sítio que «esta na costa do mar em logar a que ueem mujtos naujos asy de nossos jmijgos como d'outras partes de que poderiam receber maa companhia sse a jente della fosse fora da terra». Note-se que, para além de operarem nas acções ofensivas em serviço da Coroa, defensivamente, as milícias concelhias tinham de garantir a segurança dos territórios a que estavam ligadas. Porém, este privilégio concedido pelo monarca quebrava-se quando o mesmo ordenava um “especial mandado” (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 62v; Borges, 2012: 153 e 185).

de Cascais uma obra de defesa de muitíssimo maior eficácia e *modernidade*» (CID, 2007: 167).

A construção deste tipo de torres, junto ao mar, «destinava-se a evitar desembarques nos locais mais favoráveis e, segundo a capacidade de cada local, a servir de protecção aos ancoradouros das frotas que se oporiam aos navios atacantes. Podiam, dentro dos alcances da sua artilharia, evitar que o inimigo manobrasse nas suas proximidades, função que se foi tornando cada vez mais importante à medida que os alcances aumentavam e o recurso a munições especialmente destinadas ao combate naval ia sendo possível» (COSTA, 2003: 23).

De facto, com as torres projectadas por D. João II poder-se-ia controlar de forma mais eficaz o tráfego portuário e, caso fosse necessário, impedir a entrada ou a saída de determinados navios que se viam sujeitos a um iminente disparo de artilharia. Todavia, esta era uma forma de controlo defensivo que melhor se ajustava ao Tejo do que propriamente a Cascais, visto que as duas torres (Caparica e Belém), edificadas em ambas as margens do rio, assumindo uma posição praticamente frontal uma à outra e precisamente na zona onde o Tejo se estreita, podiam assim levar a cabo um cruzamento de fogos com reduzidas zonas mortas (sobre estas questões vide RUBIM, 2011: 16 e 127).

No caso específico de Cascais, é preciso ver que os navios poderiam passar mais ao largo e afastar-se da área de influência do poder de fogo da torre. Na verdade, embora por vezes se pense no espaço portuário cascalense como aquele que vem referido na gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg (1572), apenas com 3 navios e confinado à praia da Ribeira (ainda que esta fosse o centro do movimento portuário e o local mais abrigado desta enseada), a verdade é que a extensão da enseada prolonga-se meia légua em arco para nascente (cf. BELEM, 1758: 521-522; Borges, 2012: 50-53)⁸. Neste sentido, havia muito mar para evitar o fogo de artilharia da torre e lançar ferro. Vejamos, pois, dois casos que deixam perceber a utilidade defensiva das torres de Cascais e de Belém.

Em finais de Julho de 1524 esteve iminente a utilização da torre de Cascais para o bombardeamento de uma frota do imperador Carlos V, a qual era formada por 86 urcas e soldados de várias origens do Norte da Europa. A frota, tendo como destino o Sul de Espanha, havia feito escala no porto de Cascais para abastecimento. Como a «contrariedade dos tempos» não permitia navegar para Sul, os navios tiveram de ficar naquele porto por mais de 15 dias,

⁸ De facto, a imagem de 1572 é bastante lacónica e imprecisa quanto ao trecho costeiro em questão, omitindo mesmo a ribeira das vinhas, a qual desaguaria na praia da Ribeira, local aonde se encontram representados os 3 navios.

vindo a sua tripulação a causar vários problemas, situação que levou a clamores entre o povo da vila e arredores. Para resolver a situação, D. Nuno da Cunha, governador da Relação e vedor da Fazenda, foi enviado a Cascais com intérpretes do Norte da Europa residentes em Lisboa de modo a que chegassem à fala com o almirante (holandês) e os mestres das urcas. Estes foram recebidos nos Paços de D. Pedro de Castro, onde D. Nuno, depois de relembrar aos estrangeiros ali chamados a sua condição de vassallos do Imperador, o qual tinha boas relações com o rei de Portugal, ameaçou-os dizendo «que lhes faria todo o mal que podesse fazer com a artilharia da torre» e que traria gente por terra caso os visados não parassem as suas acções (o documento data de 25 de Julho de 1524, ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 31, doc. 40; AZEVEDO, 1912: 246-248).

Por esta informação não há dúvida que o fogo de artilharia (por essa altura certamente sob comando de mestre Simão de Paris (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, n.º 92, em anexo) estava ao alcance das urcas⁹, pelo menos das que estavam mais próximas das imediações da praia da Ribeira. É que, sendo uma frota constituída por 86 navios, naturalmente que a disposição dos mesmos se faria para o sentido nascente da vila dadas as dimensões da praia e a necessidade de manter o porto desbloqueado.

Em Belém, quatro anos depois (Abril de 1528), o alcaide da torre recebeu ordens para que não deixasse sair três naus francesas bem armadas que se encontravam em Lisboa. As naus tinham vindo ao porto da cidade sob pretexto de carregar sal para a pescaria na Terra Nova (*As Gavetas da Torre do Tombo*, 1974, X: 135-139; PEREIRA, 2003: 66 e n. 330), mas, na verdade, eram navios que se dedicariam à actividade corsária.

Contemplemos, agora, as características arquitectónicas e funcionais mais relevantes da torre de Cascais¹⁰:

- Antes de mais, importa enfatizar a sua situação, estrategicamente edificada na extremidade rochosa Sul de Cascais. A fortificação era constituída por uma torre quadrangular, ameada e de acentuado volume (destinada a funções de sentinela e de comando, sendo que num dos pavimentos elevados deveriam situar-se os alojamentos do governador (LOURENÇO, 1965: 10), por uma estrutura térrea rectangular que lhe estava adossada, mais estreita e baixa (provavelmente para alojamento

⁹ De acordo com o P.^o Fernando Oliveira, urca era a designação alemã para os navios que, no Mediterrâneo, eram conhecidos por carracas e, na Península Ibérica, por naus (PEREIRA, 1994: 1054).

¹⁰ Para uma visão mais aprofundada e confronto de ideias, vide BOIÇA *et al.*, 2001: 28-32; CID, 2007: 166-170; RAMALHO, 2011: 36-37; RUBIM, 2011: 49.

- da guarnição¹¹ e guarda dos apetrechos militares (LOURENÇO, 1965: 10), e por uma plataforma, ou bateria artilhada, com muralha onde se
- abriam trons (troneiras ou bombardeiras¹²) para a colocação de peças de artilharia. Na muralha da fachada frontal, segunda a gravura de 1572, apresentava três bombardeiras projectadas para o disparo rente à água, tal como teria outro armamento nos flancos. Estava dotada de cava (fosso) e de quebra-mar.
 - As muralhas, já adaptadas à artilharia, permitiam o tiro rasante sobre o mar aberto, sobre a baía e a pequena praia que ficava a poente da própria torre (fig. 3)¹³. Deste modo, protegia-se não só a praia principal, a da Ribeira, como a que estava mais próxima da torre de uma possível aproximação de navios inimigos e desembarque, ainda que esta, face às suas exíguas dimensões, estivesse bastante limitada para tal¹⁴. Para além disso, protegiam-se os navios de carga que frente à praia da Ribeira podiam aguardar em segurança as condições meteorológicas e oceânicas ideais para seguir viagem ou que, simplesmente, procuravam abrigo da perseguição de corsários e piratas.
 - Funcionaria como atalaia da barra do Tejo num sistema de retransmissão de sinais que começaria a ganhar forma desde o litoral de Sintra, alertando assim os vários postos costeiros sobre a chegada de navios inimigos¹⁵.

Embora pouco conhecida e divulgada, a gravura mais antiga que mostra a torre que D. João II havia mandado erguer na ponta Sul de Cascais é de c. 1530-1535, estando presente na bordadura de um fólio da *Genealogia do Infante D.*

¹¹ Abordaremos, mais adiante, a problemática em torno da composição da guarnição desta torre.

¹² De acordo com Rafael Moreira «As velhas seteiras medievais deram lugar às «troneiras» ou bombardeiras cruzetadas, orifícios circulares de diâmetro consoante ao calibre para disparo das bocas-de-fogo encimadas por estreita fresta em forma de cruz, que se repetem ao longo das muralhas das fortalezas de transição para a piroballística quase como uma insígnia de poder e que serviam para a sua correcta angulação, através de dispositivos de pontaria e de sistemas de medição do alcance por tábuas graduadas, de cujo uso os bombardeiros e artilheiros (quase todos de origem nórdica: franceses, alemães, flamengos) detinham o segredo» (MOREIRA, 1998: 466).

¹³ Esta última, embora já não exista, é visível numa fotografia de 1870 (fig. 3) e parece ter sido representada nas plantas da vila de Cascais de finais do século XVI da autoria de Vincenzo Casale (1590) e de Filipe Terzio (1594). Na verdade, no passado existiram mais duas praias entre esta e a da Santa Marta.

¹⁴ De facto, não é de excluir que esta praia também pudesse ter servido de apoio às actividades corsárias, nomeadamente durante os períodos de baixa-mar, uma vez que os corsários franceses chegavam a encalhar nas praias de Cascais os navios que tomavam de assalto na costa portuguesa.

¹⁵ Para vigilância da costa portuguesa, D. João II mandou instalar atalaias na costa de Vila do Conde (1484) e deu ordens para que, as caravelas e barcas que daí partissem para o mar a pescar e vislumbassem uma frota, viessem logo dar recado em terra e daí a Lisboa. Neste sentido, e tendo em conta os postos de vigia na aproximação a Lisboa, é possível que tenha existido «no Reino um sistema global de alerta máximo» (BASTO, 1940: 119-120; CID, 2007: 163, n. 60 e 362, doc. 11).

Fernando (British Library) (também referida como *Genealogia dos Reis de Portugal*). O desenho desta gravura é da autoria de António de Holanda, pai de Francisco de Holanda, sendo que esse mesmo desenho terá sido iluminado na Flandres por Simão Bening (cf. AGUIAR, 1962: 45-46; SANTOS, 1970: 11-14; HOLANDA e BENING, 1984: 9; DIAS, 1988: 120; RUBIM, 2011: 29-30, 49). Todavia, não é só a torre de Cascais que surge representada. Para além do Paço dos senhores de Cascais e daquilo que parece ser parte da área urbana da vila (ambos à direita), embora numa perspectiva bastante deformada (*Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 1990: n.º 9), nela surgem as principais construções que vão desde a área costeira de Santos até Sintra, inclusivamente o castelo dos Mouros e o Paço sintrense.

A outra gravura, como já se referiu, é a célebre gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg publicada em 1572, se bem que o arquétipo da mesma devesse remontar a finais do século XV ou inícios do seguinte¹⁶. Esta gravura, vindo posteriormente a servir de modelo a vários autores, é um exemplar bipartido alusivo a Lisboa mostrando no quadro inferior parte da costa e da barra do Tejo entre Cascais e o Paço de Santos (erradamente identificado como Belém). No pormenor da fig. 1 que em baixo reproduzimos, localizado a nascente, é visível um edifício que alguns autores identificam como sendo o Convento de Santo António do Estoril (fundado apenas em 1527), mas que, na óptica de Nuno Varela Rubim, corresponderá a S. Julião da Barra¹⁷.

¹⁶ DIAS, 1987: 67; DIAS, 1988: 120. Por sua vez, BOIÇA (2011: 30) atribui a gravura «aos anos trinta do século XVI». Por último, RUBIM (2011: 49, 54 e 68) presume que a imagem terá sido desenhada entre 1563 e 1567, isto caso tenha sido da autoria do pintor flamengo Hoefnagel.

¹⁷ Assim, pela ordem de apresentação das estruturas que figuram desde Cascais até ao Paços de Santos na gravura de Braun, o autor identifica, da esquerda para a direita, Cascais (com a torre e o castelo), S. Julião da Barra (comumente identificado como sendo o mosteiro de Santo António do Estoril), Belém e o Paço Velho de Santos (RUBIN, 2011: 32-33 e 68, figs. 7 e 38).

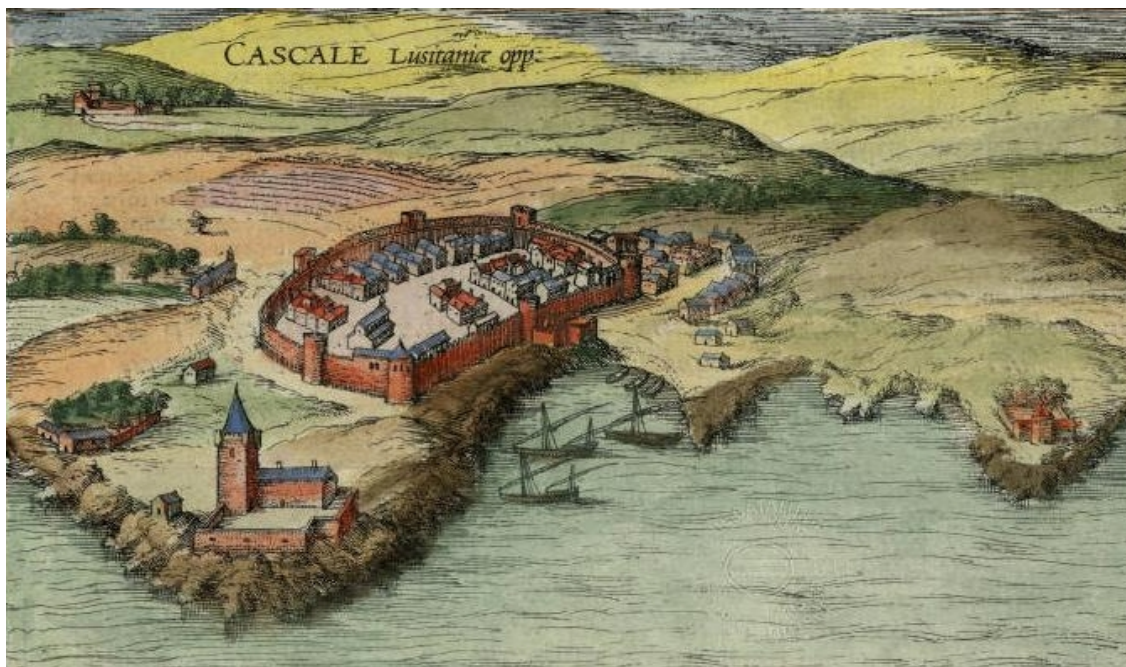


Fig. 1 – Pormenor da vila de Cascais presente na gravura publicada por Georg Braun e Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (© Institut Cartogràfic de Catalunya).



Fig. 2 – Pormenor da torre de Cascais (© Institut Cartogràfic de Catalunya).



Fig. 3 – Cidadela e Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (lado Sul) em 1870 (© Arquivo Histórico Municipal de Cascais).

Não se sabe ao certo o ano em que arrancaram as obras de construção da torre de Cascais, nem quando é que terminaram. Alguns investigadores apontam o ano de 1488 (como é o caso de RAMALHO, 1988: 69; RAMALHO, 2011: 36 e 45, n. 11) para o início da sua construção, quatro anos após os ataques de João Bretão na baía de Cascais e imediações¹⁸, visto que Rui de Pina e Garcia de Resende referem que, nesse mesmo ano, estando D. João II «em muyta paz, e amizade com os Reys de Castella, como muyto prudente Principe fazia sempre, e ordenaua suas cousas antes de auer necessidade delas [...] com muyto cuidado, e diligencia mandou prouer, fortalecer, e repartir todas as Cidades, Villas, e Castellos dos extremos de seus Reynos, assi no reparo, e defensam dos baluartes, cauas, muros, e torres, como em artilharias, poluora, salitre, armas, almagens, e todallas outras cousas necessárias»¹⁹.

¹⁸ Trata-se de um mito que ganhou forma há várias décadas atrás, mantendo-se até aos nossos dias, a ideia de que foram os ataques específicos de João Bretão (ocorridos entre 23 de Setembro de 1484, ou até mesmo antes, e finais desse mês) que levaram D. João II a mandar construir a torre de Cascais. Depois das peripécias de João Bretão – corsário que chegou a estar ao serviço de D. João II – ocorreram outros ataques corsários, documentados pelo menos até 1489, e a verdade é que a construção da torre, efectivamente, só terá começado a ganhar forma dez anos depois das investidas do corsário. Não teriam sido especificamente as ocorrências de Setembro de 1484 que ditaram a construção da mesma, mas talvez todo um conjunto de ataques ocorridos ao longo daquela década e que revelaram evidentes fragilidades defensivas, parecendo mesmo haver uma estratégia bem definida por parte dos corsários franceses nesta área geográfica e com ligações a Lisboa. Para um apanhado dos ataques corsários em Cascais no reinado de D. João II, vide BORGES, 2012: 170-174 e 201-205.

¹⁹ Neste mesmo ano o monarca mandou construir a cava e grande torre de Olivença, facto que «aos Reys de Castella pesou» pois «em tempo de tanta paz, tanta amizade», como então havia, não se justificava que de uma ou de outra parte se tomassem acções que indicassem um desconcerto ou uma possível guerra entre os dois Reinos (PINA, 1989: 61-62; RESENDE, 1973: 102). Numa carta de quitação de 23 de

Contudo, não há a certeza de que a torre de Cascais tenha começado a ser construída neste ano, embora a ideia possa ter sido contemporânea. Esta fortificação e a sua construção só surgem referidas por Garcia de Resende no cap. CLXXXI da sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*, o qual corresponderá a eventos ocorridos em 1494, ainda que se saiba que alguns tenham ocorrido antes²⁰:

«E assi mandou fazer entam a torre de Cascaes com sua caua, com tanta e tam grossa artilharia, que defendia o porto; e assi outra torre, e baluarte de Caparica defronte de Belém [...] e tinha ordenado de fazer hua forte fortaleza, onde ora esta a fermosa torre de Belém, que el Rey dom Manuel [...] mandou fazer» (RESENDE, 1973: 256).

De facto, 1494 é a data mais apontada pelos investigadores para o início da construção da torre de Cascais (vide, por exemplo, PAÇO e FIGUEIREDO, 1943: 19; LOURENÇO, 1964: 11), embora também se lhe aponte um período de tempo entre 1490-1495 (MARQUES, 1990: 48; DUARTE, 2003: 370). Depois de ter estudado o assunto, Pedro de Aboim Inglez Cid, embora salientando que o trecho de Garcia de Resende sobre as fortificações é o que se segue à descrição da experiência de artilharia feita em caravelas (Setúbal) e que «o critério de agrupar assuntos conexos num único capítulo não implica que o exposto tenha ocorrido estritamente na mesma época», é levado a admitir que das fortificações citadas por Garcia de Resende apenas a construção da torre de Cascais terá sido coeva dos testes balísticos ordenados por D. João II, ou seja, 1494 (cf. CID, 2007: 160 e 167, n. 77. Como datas alternativas para os testes balísticos de Setúbal, CID, 2007: 149 e n. 16, aponta o Verão de 1484 ou o Outono de 1488). Recentemente, Joaquim Boiça referiu mesmo que, pese embora se tenha mandado erguer a torre em 1488, as obras só teriam avançado em 1494 (BOIÇA, 2011: 30).

Se não sabemos em concreto a data do início da sua construção, a verdade é que também não sabemos quando a torre ficou terminada. Durante algum tempo pensou-se que a sua construção se teria prolongado no tempo, até mesmo a 1505, visto que existe um documento deste ano que ainda alude às obras de uma torre em Cascais (SILVA, 2002: 24). Porém, mais recentemente, Margarida Magalhães Ramalho, investigadora que mais tempo tem dedicado ao estudo desta torre, partindo da ideia de que a sua construção terá arrancado em 1488, acrescentou que terá ocorrido até 1498. A investigadora baseia-se em duas moedas de 1498 encontradas na última escavação arqueológica realizada no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz (2005), a qual veio

Agosto de 1499 dirigida a Gomes Costa, escudeiro e aposentador de D. Jorge, sobrinho de D. Manuel, é referido o que recebeu em dinheiro e ferramentas para se levar a cabo a reparação das fortalezas Entre Tejo e Guadiana ainda no reinado de D. João II (*Portugaliae Monumenta Africana*, 1995, II: 486).

²⁰ Sabe-se, efectivamente, que a construção da torre da Caparica teve início em 1481-1482 e que a grande nau para defesa do Tejo, que Garcia de Resende aborda no mesmo capítulo, já existia pelo menos desde a primeira metade do reinado joanino (cf. CID, 2007: 160; BORGES, 2012: 205).

posteriormente a envolver a estrutura joanina (RAMALHO, 2011: 36 e 45, n. 11).

Todavia, se fizermos um paralelo com o tempo de construção da torre de São Sebastião de Caparica, «irmã mais velha» da torre de Cascais, a qual viu iniciadas as suas actividades em 1481-1482 e que, por volta de 1485, já teria a sua parte principal finalizada (cf. CID, 2007: 160 e 283; RUBIN, 2011: 46, ainda que com algumas reservas), bem como com a torre de Belém, cuja construção terá decorrido entre 1514 e 1519 (Vide supra, n. 4), então poderemos olhar com mais segurança para essa possibilidade de que a construção da torre de Cascais tenha arrancado, efectivamente, em 1494, sendo que em 1498 já estaria ocupada.

Estas questões poderiam, eventualmente, ser resolvidas ou, pelo menos, melhor entendidas caso obtivéssemos dados sobre as nomeações dos primeiros oficiais que serviram na torre. Na *Chancelaria de D. João II* não conseguimos apurar qualquer dado nesse sentido, o que, à partida, poderá ajudar a reforçar a hipótese de que a construção da torre só terá entrado em actividade nos finais do reinado do monarca e acabado no seguinte. De facto, é a partir do reinado de D. Manuel I que surgem informações sobre os oficiais bombardeiros que serviram na torre de Cascais.

De momento, temos um documento que nos permite remontar a operacionalidade da torre a 1500. Por carta de 27 de Setembro deste ano, João Franco viu aumentado o seu mantimento anual para 15.000 reais em dinheiro e um moio e meio de trigo enquanto servisse como bombardeiro na torre da vila, «asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della»²¹.

Muito embora estivesse operacional em 1500, ainda que com provável actividade desde 1498, sabemos que em 1505, conforme revela um documento publicado por Jaime d'Oliveira Lobo e Silva, fora lançado um imposto a algumas povoações situadas a Norte de Cascais para que contribuíssem nas obras de fortificação daquela vila e onde se incluía uma torre:

«[A] 12 de Agosto, [...] Pero Annes, homem das obras que El Rei tem em Cascais, apresenta à Câmara um regimento pelo qual o Rei ordena que os moradores das Vilas de Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira, concorram para as ditas obras, que, segundo parece, constavam de uma torre, muralhas e outras construções de fortificação» (SILVA, 2002: 24).

²¹ Com efeito, João Franco haveria de receber 1.250 reais por mês no Armazém da Guiné cessando o pagamento dos 1.170 reais de soldo que por essa altura recebia. Quanto ao moio e meio de trigo receberia em cada ano com base na fazenda régia (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 49v (em anexo). No entanto, por carta de 4 de Janeiro de 1501, o pagamento a João Franco passou a ser feito no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 40v (em anexo).

Esta informação é bastante importante não só porque deixa compreender que, em 1505, a torre estava, possivelmente, em reparação, mas também porque mostra que estavam em curso outras construções militares. Por outro documento, desta vez de 31 de Janeiro de 1508, é revelado que ainda se trabalhava nas «obras dos muros de Cascais» (SILVA, 2002: 26-27).

Pode parecer estranho que, num curto espaço de tempo após a sua edificação, ou, pelo menos, quando já estava em funcionamento, a torre de Cascais voltasse a estar em obras, mas é preciso ter em conta um ou mais possíveis violentos tremores de terra ocorridos entre 1504 e 1505²² que poderão ter danificado as suas estruturas, daí que devessem ter surgido obras de reparação²³. É possível também que, no decorrer dessas prováveis intervenções de reparação, D. Manuel tenha ordenado a ampliação da estrutura²⁴ pelo que os documentos atrás citados revelariam, ainda que de forma lacónica, a possível comprovação desses empreendimentos. Contudo, pode ser que essa mesma suposta ampliação da torre já estivesse efectuada em 1508, estando o documento desse ano relacionado com possíveis obras de reparação ou de reforço das muralhas do castelo medieval de Cascais, que também teriam sido danificadas pelos sismos, e que poderão ter começado mais tardiamente do que se pretendia.

As escavações arqueológicas realizadas entre 1987 e 1993 revelaram «que a cintura defensiva foi por diversas vezes objecto de intervenção não se verificando no conjunto uma homogeneidade construtiva» (BOIÇA *et al.*, 2001: 28)²⁵, de maneira que é altamente provável que uma eventual destruição causada pelos sismos tenha sido uma das razões dessas primeiras intervenções conhecidas e que comportavam ainda as outras estruturas.

Outros sismos violentos que afectaram Lisboa, de acordo com Garcia de Resende, ocorreram em 1512 e 1531. Neste último ano, com várias ocorrências, terá mesmo ocorrido um *tsunami* (RESENDE, 1973: 371 e 379-380; CASTILHO, 1941: 191-192; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, 1962, VII: 67, doc. 64; CID, 2007: 207, n. 28; ROCHA e KULLBERG, 2004: 2 e 25, n. 3). Portanto, temos mais desastres naturais ocorridos num curto espaço de tempo que poderão ter provocado danos nos

²² Sobre os sismos vide LA CLEDE, 1735: 578; MOREIRA, 1984: 15; VÍTOR, 2004: 29-30.

²³ Esta hipótese surgiu do seguimento da pista deixada por LOURENÇO (1956: 2 e 7) de que os sismos deverão ter atingido Cascais duramente.

²⁴ Manuel A. P. Lourenço, sem aduzir provas, refere que «em 1507, subsistindo a ameaça dos piratas, D. Manuel mandou construir a fortaleza de Peniche e ampliar a Torre de Cascais» (LOURENÇO, 1957: 4).

²⁵ Mais recentemente, Margarida Magalhães Ramalho referiu mesmo que as intervenções arqueológicas demonstraram que a torre havia sido reforçada com a construção de «trincheiras e, eventualmente, com linhas de fuzilaria, cujos vestígios foram encontrados durante uma campanha de escavação no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz» (RAMALHO, 2010: 25-26).

edifícios de Cascais e arredores. Consequentemente, teriam ocorrido novas obras de recuperação.

Mas para além da fixação cronológica da construção da torre, importa-nos tentar compreender a massa humana que serviu na mesma. Mais acima já havíamos referido a existência de uma carta de 27 de Setembro de 1500, a qual revela que, anteriormente a esse dia, mestre Paulo havia servido como bombardeiro na torre de Cascais. O documento é outorgado a João Franco, destacado nesse dia 27 para substituir o anterior bombardeiro (vide supra, n. 21). Embora no documento seja referido um aumento de ordenado (de 1.170 reais mensais para 1.250) a João Franco e, consequentemente, isso pudesse sugerir que o bombardeiro já ali estivesse destacado em dia anterior à outorga do documento, parece-nos que esse aumento ter-se-á devido precisamente a essa deslocação de posto para a torre de Cascais.

Por quantos oficiais era composta a guarnição da torre de Cascais? Quais os outros homens de armas para além dos bombardeiros? Qual a hierarquia de comando? Manuel A. P. Lourenço, em 1965, afirmava que a guarnição da torre «deveria ser muito reduzida, confinando-se aos bombardeiros e seus serventes. Em caso de alarme, os milicianos, ou ordenanças, da vila e arredores, prestariam o seu concurso» (LOURENÇO, 1965: 10). Pedro de Aboim Inglês Cid, baseado na leitura de um documento de 1533 que alude ao pagamento do ordenado «ao bombardeiro que está na torre de Cascaes» (o qual também recebia 15.000 reais de ordenado, FREIRE, 1916: 136), subentende que «um único oficial deteria então esse posto» (CID, 2007: 170, n. 84).

Vejamos agora, mediante a leitura dos quatro documentos relativos ao pagamento do ordenado dos bombardeiros ou mestres bombardeiros (1500, 1501 e 1525) que serviram na torre de Cascais, e que publicamos neste estudo (em anexo), quais os dados que se conseguem extrair para tentar responder às questões atrás colocadas.

No primeiro documento, o tal de 27 de Setembro de 1500, é referido que João Franco passaria a receber o seu mantimento mensal no Armazém da Guiné assim «como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa [de Cascais] vijuya e se ora foy della» (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 49v, em anexo). Embora se verifique esta alusão explícita aos «outros nossos bombardeiros», a mesma não se reportaria a bombardeiros da torre de Cascais, mas sim a outros que estavam ao serviço do rei destacados noutros locais. Assim sendo, resta-nos somente a singular alusão a mestre Paulo como anterior oficial, o que indicia que seria mesmo apenas um bombardeiro a servir na torre de Cascais.

O segundo documento, com data de 4 de Janeiro de 1501, pouco mais revela que o primeiro. Acrescenta unicamente a mudança do local de pagamento do mantimento a João Franco, passando este a receber a mensalidade no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais, algo que também ocorreu anteriormente com os bombardeiros destacados noutros locais e com o próprio mestre Paulo (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 40v, em anexo). Todavia, contrariamente ao documento precedente, neste já não se diz que mestre Paulo «que na dita villa vijuya e se ora foy della», apenas que ali vivia e se «foy della». Portanto, a expressão «ora», no contexto do documento de 1500, ajuda a perceber que João Franco havia sido destacado para substituir mestre Paulo nessa precisa altura.

Por sua vez, os documentos de 1525, alusivos a mestre Simão, «bombardeyrro da torre dell Rey nosso Senhor em a djta villa» «de Quasquaes», ainda são mais lacónicos. Limitam-se a confirmar a presença do mesmo bombardeiro na torre de Cascais, isto para o ano de 1524, e o consequente pagamento de um mantimento anual de 15.000 reais no almoxarifado de Sintra sem qualquer alusão a outros bombardeiros (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, n.º 92, em anexo).

A estes dados devemos acrescentar ainda uma breve alusão que João Pedro Vaz faz a uma moneta de vela velha que fora entregue ao bombardeiro de serviço na torre de Cascais, para «enxugar a pollvora na dita torre», algures na primeira metade do século XVI (cf. VAZ, 2005: 57)²⁶.

À primeira vista, parece ser insignificante a existência de apenas um bombardeiro fixo na torre de Cascais, isto quando aquela estrutura estava dotada de várias bombardeiras destinadas à colocação e ao disparo de peças de artilharia e quando a produção e combinação dos materiais para o disparo, colocação dos pelouros, sua orientação, entre outros passos necessários e tarefas importantes para a defesa da própria fortificação, requeriam mais homens de armas ou auxiliares.

Sabe-se que a guarnição da torre de Belém, em 1537, era formada por um condestável, cinco bombardeiros e dez homens de armas do alcaide-mor da fortaleza²⁷. Neste sentido, poder-se-ia pensar que a torre de Cascais tivesse um número aproximado de bombardeiros a servir em simultâneo e outros homens de armas, mas a verdade é que assim não acontece. Para além disso,

²⁶ O investigador cita COSTA, 1997. Porém, durante a leitura da obra não conseguimos encontrar a alusão ao bombardeiro da torre de Cascais.

²⁷ Todos com o ordenado de 15.000 reais à excepção do condestável, que receberia 20.000 (FREIRE, 1916: 145; PEREIRA, 2003: 66 e n. 330; CID, 2007: 170, n. 84).

e pelo menos até ao momento, não se conhece alguma referência a um condestável destacado na torre de Cascais quando é sabido que esse oficial comandava e instruía grupos de bombardeiros, tanto em terra como no mar (DOMINGUES, 1994: 138). Também não conhecemos qualquer referência a um alcaide, pelo que não sabemos qual a hierarquia de comando presente na torre de Cascais²⁸.

Em todo o caso, tudo parece indicar que, de facto, apenas um bombardeiro estaria destacado na torre de Cascais, tal como parece ter acontecido em Tavira²⁹, ainda que as próprias referências aos mestres bombardeiros da dita torre pudessem sugerir a eventual existência de uma hierarquia de comando e, por conseguinte, de outros bombardeiros com ordenação mais baixa. Portanto, sem superar o número 1, estamos um pouco distantes dos efectivos conhecidos para a torre de Belém e, ainda mais, do caso dos bombardeiros destacados nas fortalezas do Oriente onde a necessidade era maior³⁰. Seja como for, teriam de haver outros homens de armas a servir na torre de Cascais e serventes do bombardeiro que ali estava destacado.

Quanto à origem dos bombardeiros mencionados, apenas um documento indica o suposto local de proveniência de um deles (Paris), muito embora se saiba que estes homens de armas eram, na sua grande maioria, oriundos do Norte da Europa (Alemanha, Flandres³¹ e até mesmo da França). Tome-se,

²⁸ Ainda que Andreia Martins de Carvalho, seguindo Garcia de Resende, refira que D. João II deu a capitania das torres de Cascais e baluarte da Caparica a Álvaro Cunha, seu estribeiro-mor, da leitura do trecho de Garcia de Resende constata-se que apenas se alude a essas funções para a fortaleza que o monarca havia projectado para Belém, mas como o rei logo faleceu não houve tempo para se fazer a dita obra (cf. RESENDE, 1973: 256; CARVALHO, 2006: 25, n. 34). Se para a torre de Belém existem documentos dos reinados de D. Manuel I e D. João III que aludem à capitania e à sua alcaidaria (CID, 2007: 222, n. 55), para o caso de Cascais a posição mais elevada que surge é a de mestre bombardeiro. Em 1521, Gaspar de Paiva foi nomeado como primeiro alcaide e capitão-mor da torre de Belém embora já ocupasse a fortaleza desde 1519 (SANTOS, 1922: 9, 44-46). Pior situação ocorre para o caso da torre velha da Caparica, não se sabendo qualquer nome de um dos seus comandantes ou soldados até ao segundo século da sua existência (CID, 2007: 222, n. 55).

²⁹ Por um alvará de 1557, Duarte Lopes, bombardeiro em Arzila, recebeu indicações para ocupar o cargo de bombardeiro de Tavira, cargo esse que havia vagado com a morte de Lourenço Marques (ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 5, fls. 111-111v. Servimo-nos da transcrição do documento gentilmente cedida por Tiago Machado de Castro). Porém, a 29 de Abril de 1563, devido à insegurança costeira provocada pelos piratas mouros, houve ordens para que o número de bombardeiros em Tavira aumentasse para dez (Iria, 1988: 46). Não sabemos, contudo, se antes dessa data o número de bombardeiros já seria superior ao registado em 1557. Para além disso, devido ao facto da referência informativa de que nos servimos ser apenas uma breve passagem documental sumariada, não sabemos se os dez bombardeiros ficariam fixos numa fortaleza ou se, por outro lado, também poderiam ser destacados para alguma armada de patrulha costeira visto que o problema presente tinha a ver com os piratas mouros.

³⁰ Numa carta de 21 de Novembro de 1545, o condestável-mor da Índia revela o número de bombardeiros destacados nas seguintes fortalezas: Ormuz (20), Diu (20), Baçaim (12), Malaca (10), Maluco (7), Chaúl (6), Cananor (6), Chale (5), Cochim (5), Coullão (5), Cranganor (2) (Pedrosa, 2002: 41).

³¹ Para uma visão aprofundada das funções, privilégios e origens dos bombardeiros em Portugal, vide CASTRO, 2011: 15-37.

como exemplo, que o mestre bombardeiro da torre de Cascais que ali estava destacado desde 1524 – pelo menos – era «Simam de Parys» (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, n.º 92, em anexo). O próprio apelido de João Franco (1500-1501) indicia uma possível origem francesa deste bombardeiro. Para além destes bombardeiros e daquele que servia na torre de Cascais em 1533, temos ainda a referência a Sebastião Vicente, embora já para o século XVII (Belem, 1758: 524), num outro contexto fortificado.

Conclusão

Apesar dos vários estudos que já lhe foram dedicados, a torre de Cascais apresenta facetas ainda por explorar. A reorganização dos dados conhecidos e a inclusão de outros inéditos permitiu repensar a problemática em torno da sua construção. De facto, a teorização ensaiada levou-nos a fortalecer a hipótese de que o arranque da sua construção terá sido em 1494, que entre 1498-1500 terá iniciado o seu efectivo funcionamento e que, tendo sofrido com os violentos tremores de terra que terão ocorrido entre 1504-1505, iniciaram-se obras de reparação neste último ano. É provável que, por essa altura, D. Manuel tenha igualmente ordenado a ampliação da torre.

O outro ponto de destaque, muito pouco conhecido até ao momento, é o tema sobre os bombeiros da torre de Cascais. De momento, a documentação permite-nos remontar a presença de bombeiros nesta torre ao ano de 1500, conforme vimos para os casos de mestre Paulo e de João Franco, se bem que seja provável que o primeiro bombeiro estivesse fixo nessa fortificação desde 1499 ou até mesmo desde 1498. Embora não seja indicado o tempo de serviço de mestre Paulo, a alusão mais antiga que surge na documentação é a esse mesmo bombeiro, não havendo qualquer outra memória de referência a um indivíduo com o mesmo ofício de armas. Para além disso, recorde-se que datam de 1498 duas moedas encontradas no interior da torre, devendo a mesma já estar operacional por essa altura.

Terá sido mestre Paulo o primeiro bombeiro da torre de Cascais? É muito provável que sim, porém, só o aparecimento de novos documentos poderá ajudar a resolver esta questão. Em todo o caso, não oferece dúvida de que foi a partida de mestre Paulo que abriu lugar a João Franco como bombeiro da torre, possivelmente o segundo homem a ser destacado naquele posto e lugar.

Cabe agora reunir esforços para tentar compreender melhor a massa humana, os efectivos militares que serviram nesta torre e a sua própria organização hierárquica, algo que requer, particularmente, um trabalho de investigação orientado para a consulta dos documentos presentes nos livros de chancelaria régia contidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ademais, serão sempre enriquecedores os inevitáveis paralelos possíveis de se estabelecer com os oficiais e guarnições de outras torres, até de outras realidades geográficas mais vastas.

Anexo documental³²

Doc. 1 - 1500, Setembro 27. Lisboa. Rei, André Dias (escrivão). Registo de carta régia concedida a João Franco, bombardeiro, para que enquanto servir em Cascais receba, em cada ano, quinze mil reais e um moio e meio de trigo.

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 49v.

Dom Manuell et cetera a quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merçe a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquamto elle vijuer e esteuer d'asemto na villa de Cascaes pera serujr de seu ofiço de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaes tenha e aja de nos em cada huum anno pera seu mamtimento da feitura desta nossa carta em diamte quymze mjll reaes em dinheiro e huum moyo e meo de trigo dos quaaes quymze mill [rreais] avera pagamemto no nosso Allmazem de Guynee aos messes do anno asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della e mandamos ao nosso almoxarife do dito Almazem que em cada huum mes lhe faça pagamemto de mjll e duzentos çimquoemta rreaees que lhe momta aver per a dita guisa asy como os pagaua ao dito metre Paullo e pagua aos ditos nossos bombardeiros e dos mill e çemto e satemta que atee quy ouue o dito Joham Framco de seu ssolldo lhe nom pague mais delles cousa alguña e os rrisque dos liuros do dito Almazem e lhe asemte que ha-d'aver em cada huum mes os ditos mil e duzentos e çimquoemta rreaaes como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carego da dita torre e per o conheçimemto do dito Joham Framco com o trellado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara trelladar nos liuros do dito Almazem lhe seram os ditos dinheiros leuados em comta / e do dito moyo e meo de trigo nos praz que aja em cada huum anno pagamemto per nosa Fazemda e mandamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com declaraçam que ho ha-d'aver por asij vijuer na dita villa e teer careguo da dita torre e lhe passem em cada huum anno carta do dito pam pera luguar homde aja muy boom pagamemto e por sua guarda e lembrança dello lhe mandamos dar esta nosa carta de padram por nos asijnada e sellada do nosso ssello pemdemte dada em a nosa çidade de Lixboa a xxbij dias do mes de Setembro Amdre Diaz a ffez anno do nasçimemto de Nosso Senhor Jesuu Cristo de mjll e quinhentos annos .

Doc. 2 - 1501, Janeiro 4. Lisboa. Rei, Gomes Aranha (?, escrivão). Registo de carta régia dada a João Franco, bombardeiro, em que receberá quinze mil reais pelo serviço na vila de Cascais.

³² Transcrição por Helena Condeço de Castro. Os documentos foram inicialmente publicados por Borges, 2012: 220-222.

ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 19, fl. 40v.

Dom Manuell cetera a quamtos esta nosa carta virem fazemos <saber> que queremdo nos fazer graça e merçee a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquanto elle viuer e estiuer d'asemto em a villa de Cascaes pera seruir de seu ofício de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaes tenha e aja de nos em cada hum anno pera seu mamtmemto da feitura desta nosa carta em diamte quimze mill reaees em dinheiro e hum moyo e meio de trigo dos quaees xb³³ reaees avera pagamento no nosso almoxarifado de Simtra pellas sisas de Cascaes aos meses do anno asy como ho <h>am os outros nosos bombardeiros e o avia mestre Paulo que na dita vjlla viuja e se foy della e mandamos ao nosso almoxarife do dito almoxarifado que em cada hum mees lhe façam pagamento de mjl ij^c e L reaees que lhe momta aver per a dita comtia asy como se pagauam ao dito mestre Paulo e pagam aos ditos nossos bombardeiros e lhe asemtem que ha-d'aver os ditos . j . ij^c e L reaees como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carrego da dita torre e per o conhecimemto do dito Joham Framco com o trelado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara treladar no liuro do dito almoxarifado lhe serem os ditos dinheiros leuados em comta e do dito moyo e meio de trigo nos praz que aja cada hum ano pagamento per nosa Fazemda e mamdamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com decraçam que <hos> ha-d'auer por asy viuer na dita villa e ter carrego da dita torre e lhe pasem em cada hum anno carta do dito paam pera lugar omde aja boom pagamento e por sua guarda e lembrança dello lhe mamdamos daar esta nosa carta {per} de padraão per nos asinada e selada do nosso sello pemdente dada em Lixboa a iiij^o dias de Janeiro Guomez Aranha(?) a fez anno de mjl b^c hum annos .

|Pedro da Fonseca|

Doc. 3 - 1525, Maio 1(?). Cascais(?). João Rodrigues (juiz ordinário), Aires Pinto(?), tabelião). Instrumento-público de certidão concedido ao mestre Simão, bombardeiro na torre de Cascais, onde se confirma o serviço e presença na dita torre durante o ano transacto de 1524.

ANTT, Corpo Cronológico, Pt. II, mç. 123, nº. 92, fl. 1.

Sajbham os que este estromemto de certydão dado per mamdo e auutorrjdade de justyça vyrrem que no anno do naçijmemto de Noso Senhor Jesu Cristo de mjl e quinhemtos e xxb annos ao primeyrro dja do mes de Majo em a vylla de Cascaes a porta das casas da morada de Fernam Rodriguez fferreiro estammdo hj o mujto honrrado Joham Rodrijuez juijz hordenayro em a djta vylla peramte ele parreçeo hj mestre Simão bombardeyrro da torre dell Rey nosso Senhor em a djta vjlla e djse ao djto juijz que a ele lhe hera necesarjto hum estromemto de certjdam de como estevarrra(sic)³⁴ na djta vjlla e torre ho

³³ Está sobrescrita ao numeral uma linha horizontal, indicando as milésimas.

³⁴ Leia-se «esteverrra».

anno de mjl e quinhentos e vjnte e quattrro annos que lhe rrequerrja da parte do djto senhor que lho mandasse pasar e vjsto pello juijz ho rrequerrjmento do djto mestrrre Simão em como he verdade que elle esteve na djta vjlla e torre ho djto anno de quinhentos xxiiij annos todo lhe mamdou pasar ho presente Ayrres Pjmto(?) taballjam do pubrico e judycjall em a djta vjlla e seu termo pello senhor Dom Pedro de Castro do Comselho dell Rey noso Senhor e vedor de sua Fazemda e senhor da djta vjlla que este estromemto de certjdam espreu e nelle dou mjnha ffe como he verdade que o djto mestrrre Simão esteve na djta vjlla e torre todo ho djto anno de mjl e quinhentos e xxiiij haquj meu pubrico sinall ffiz que tal he

(SINAL DO TABELIÃO) pagou nada

Doc. 4 - 1525, Janeiro 23. Sintra(?). André Gonçalves (almoxarife de Sintra), António de Penhoranda (escrivão do almoxarifado de Sintra). Conhecimento de mestre Simão [de Paris], bombardeiro da torre de Cascais, em como recebeu de André Gonçalves, almoxarife de Sintra, quinze mil reais pelo serviço na dita vila.

ANTT, *Corpo Cronológico*, Pt. II, mc. 123, nº. 92, fl. 2.

Conheceo e confesou mestre Symãoo bonbardeiro da tore da villa de Quasqu<a>es rreceber d'Andre Gonçaluez almoxarife del Rey nosso Senhor em este almoxarifado desta villa de Syntra (*SINAL DE CONFERIDO*) quynze mill reaes que aquy tem asentados em este almoxarifado per padram os quaes sam do anno pasado de b^c xxiiij e porcanto o dito mestre Symãoo amostrou hum estormento de certydam dos juizes da dita villa de Quasquaes de como esta contynuadamente em a dita tore e serve o dito senhor de bonbardeiro o dito almoxarife lhe pagou os ditos quynze mill reaes os quaes quynze mill reaes ho dito mestre Symãoo rrecebeo do dito almoxarife presente mym Antonio de Penhoranda escpriuam do dito almoxarifado e por <ser> verdade lhe deu este ffe<i>to per mym e asynado per anbos aos xxiiij dias do mes de Janeiro de j³⁵ b^c xxb anos .

|Mestre Simam |Antonio de Penhoranda|
|de Parys

³⁵ Existe uma linha horizontal sobrescrita ao numeral, indicando as milésimas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

As Gavetas da Torre do Tombo 1974: vol. X, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livs. 13 e 19.

ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 31, pt. II, mç. 123.

AGUIAR 1962: António de AGUIAR. *A Genealogia Iluminada do Infante Dom Fernando por António de Holanda e Simão Bening*. Lisboa: [s.n.].

AZEVEDO 1912: Pedro de AZEVEDO. «Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes em 1542». *Revista de História*, n.º 4. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 246-248.

BASTO 1940: Artur de Magalhães BASTO. *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*. Pref. e notas de [...]. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BELEM 1758: Fr. Jeronymo de BELEM. *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*. Lisboa: No Mosteiro de S. Vicente de Fora.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis 1962: [vol.] VII, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

HOLANDA e BENING 1984: António de HOLANDA, Simão BENING. *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introd., notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima. Porto, Lisboa: Banco Borges & Irmão.

LA CLEDE 1735: M. de LA CLEDE. *Histoire Generale de Portugal*, t. I. Paris: Chez Guillaume Cavelier.

PINA 1989: Rui de PINA. *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa.

Portugaliae Monumenta Africana 1995: vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SILVA 2002: Jaime D'Oliveira Lobo e SILVA. *Anais da Vila da Ericeira. Registo Cronológico de Acontecimentos referentes à mesma Vila, desde 1229 até 1943*. 3ª ed. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

II. Bibliografia

Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município 1990: n.º 9, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

BEBIANO 2004: Rui BEBIANO. «A Arte da Guerra. Estratégia e Tática» in *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, coord. de António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 112-195.

BOIÇA 2011: Joaquim M. F. BOIÇA. «Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa». *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação*, n.º 31. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 24-33.

BOIÇA *et al.* 2001: Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA *et al.* *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Cascais: Quetzal.

BORGES 2012: Marco Oliveira BORGES. *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CARVALHO 2006: Andreia Martins de CARVALHO. *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CASTILHO 1941: Júlio de CASTILHO. *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

CASTRO 2011: Tiago Machado de CASTRO. *Bombardeiros na Índia. Os Homens e as Artes da artilharia Portuguesa (1498-1557)*. Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CID 2007: Pedro de Aboim Inglez CID. *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri.

COSTA 1997: Leonor Freire COSTA, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa*, Cascais: Patrimonia Histórica.

COSTA 2003: António José Pereira da COSTA. *Cidadela de Cascais (pedras, homens e armas)*. Pref. de Rui Carita. Lisboa: Estado-Maior do Exército, Direcção de Documentação e História Militar.

DIAS 1988: João José Alves DIAS. «Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI – aspectos demográficos». *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, n.º 6. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 67-71.

DIAS 1988: João José Alves DIAS. «Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI». *Ensaios de História Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 117-128.

DOMINGUES 1994: Francisco Contente DOMINGUES. «Bombardeiro». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Dir. de Luís de Albuquerque. Coord. de Francisco Contente Domingues, vol. I. [Lisboa]: Caminho, 138.

DUARTE 2003: Luís Miguel DUARTE. «1449-1495: o Triunfo da Pólvora», in *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 347-391.

FREIRE 1916: Anselmo Braamcamp FREIRE. «Os Cadernos dos Assentamentos». *Archivo Historico Portuguez*. Vol. X. Lisboa: [s.n.].

GÓIS 1955: Damião de GÓIS. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Pt. IV e índ. analít. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

HENRIQUES 2011: João Miguel HENRIQUES. *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol (Cascais, 1850-1930). Fundação, Desenvolvimento e Afirmação de uma Estância Turística*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Cascais.

IRIA 1988: Alberto IRIA. *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos*. Vol. II, t. I, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

LOURENÇO 1956: Manuel A. P. LOURENÇO. «História de Cascais e do seu Concelho». *A Nossa Terra*, n.º 128, pp. 2 e 7.

LOURENÇO 1957: Manuel A. P. LOURENÇO. «História de Cascais e do seu Concelho». *A Nossa Terra*, n.º 135, 26 de Jan. de 1957, p. 4.

LOURENÇO 1965: Manuel A. P. LOURENÇO. «O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II». *Jornal da Costa do Sol*, n.º 55, 8 de Maio de 1965, p. 10.

LOURENÇO 1966: Manuel Acácio Pereira LOURENÇO. *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964.

LOURENÇO 1966: Manuel A. P. LOURENÇO. «O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais». *Jornal da Costa do Sol*, n.º 97. Cascais, p. 5.

MARQUES 1990: A. H. de Oliveira MARQUES. «Cascais». *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 47-49.

MOREIRA 1998: Rafael MOREIRA. «Cultura material e visual», in *História da Expansão Portuguesa*. Dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. I – *A Formação do Império (1415-1570)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 455-486.

MOREIRA 1984: Victor João de Sousa MOREIRA. *Sismicidade Histórica de Portugal Continental*. Sep. da *Revista do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*. Lisboa, 14-15.

PAÇO e FIGUEIREDO 1943: Afonso do PAÇO, Fausto J. A. de FIGUEIREDO. «Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais». *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*, n.º 1. Cascais: Comissão Administrativa do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães.

PEDROSA 2002: Fernando Gomes PEDROSA. *Algumas Prováveis Inovações de Origem Portuguesa das Técnicas e Táticas Navais durante a Expansão Marítima*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

PEREIRA 2003: João Cordeiro PEREIRA. *Portugal na Era de Quinhentos. Estudos vários*. Cascais: Patrimonia.

PEREIRA 1994: José António Rodrigues Pereira. «Urca». *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Dir. de Luís de Albuquerque. Coord. de Francisco Contente Domingues, vol. II. [Lisboa]: Caminho, 1054.

RAMALHO 2010: Margarida Magalhães RAMALHO. *Fortificações Marítimas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

RAMALHO 1988: Margarida Ramalho. «A Torre de Cascais». *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, n.º 7. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 69-75.

RAMALHO 2011: Margarida de Magalhães RAMALHO. «A Defesa de Cascais». *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação*, n.º 31. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 34-45.

RESENDE 1973: Garcia de RESENDE. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ROCHA e KULLBERG 2004: Rogério Bordalo da ROCHA, José Carlos KULLBERG. *A Geologia na Toponímia e na História da Cidade de Lisboa*. Sep. das 4.^{as} Jornadas de Toponímia de Lisboa. Lisboa, 9-11 Maio 2001. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1-27.

RUBIM 2011: Nuno José Varela RUBIM. *A Defesa Costeira dos Estuários do Tejo e do Sado desde D. João II até 1640*. Lisboa: Prefácio.

SANTOS 1922: Reynaldo dos SANTOS. *A Torre de Belém 1514-1520. Estudo Histórico e Arqueológico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SANTOS 1970: Reynaldo dos SANTOS. *A Tomada de Lisboa nas Iluminuras Manuelinas*, 2.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VAZ 2005: João Pedro VAZ. *Pesca de Naufrágios. As Recuperações Marítimas e Subaquáticas na Época da Expansão*. Lisboa: Tribuna da História.

VÍTOR 2004: Luís Mendes VÍTOR. «A Sismologia e a Dinâmica Planetária». *Prevenção e Protecção das Construções contra Riscos Sísmicos*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 25-52.